

Descentralização não está descartada

132
por Getulio Bittencourt
de Nova York

O governo brasileiro pode considerar de novo a hipótese de descentralizar a renegociação da dívida externa, dentro do programa de privatização, afirmou ontem em Washington o embaixador Jório Dauster, recém-nomeado negociador do débito do País.

Ele explicou que a presença do autor da idéia, Carlos Eduardo de Freitas, na equipe da ministra da Economia, como assessor de Antônio Kandir, não implica necessariamente na descentralização. "Mas poderemos considerá-la no contexto da privatização", argumentou. "É preciso também levar em conta que a versão que circula da proposta do Carlos Eduardo é uma simplificação".

Para o embaixador, "a proposta de descentralização não implica apenas em retirada do aval do governo. Trata-se de um processo complexo de classificação da qualidade da dívida, dado que algumas empresas podem pagar e outras não".

Dauster explicaria mais tarde a este jornal que o governo examina alternativas de conversão da dívida dentro do programa de privatização. E a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, deixaria claro que "os estrangeiros poderão participar do programa de privatização, dentro do limite de 40% estabelecido pelo Congresso Nacional", em sua viagem Washington-Nova York.

Tanto a ministra como Dauster admitiram que o governo estuda também hi-

pótese de conversão de dívida por investimento. A ministra ressaltou que não será permitida, porém, a conversão em cruzeiros (veja a entrevista nesta edição), e Dauster observou que o governo definirá as áreas prioritárias para investimentos.

Embora o embaixador não mencione setores específicos, os critérios que ele menciona descrevem setores que dependem criticamente de investimentos e podem beneficiar a economia como um todo — por exemplo, telefones. Mas indústrias em situação menos crítica — por exemplo, turismo — poderiam ficar de fora num primeiro momento.

Ele afirmou também que a renegociação com os bancos comerciais não pode começar antes da definição dos números do orçamento, "porque antes disso não temos idéia do que sobra, do que podemos pagar. O pagamento da dívida não é apenas um problema em dólares. É também um problema em cruzeiros, dado que o governo tem que gerar a moeda local para comprar os dólares e pagar a dívida".

O novo dado no panorama, raciocina Dauster, "é que antigamente, com a economia em desordem, não fazia muita diferença uma emissão a mais ou a menos de cruzados. Ninguém sabe, realmente, que efeito teve o pagamento da dívida sobre a emissão de moeda no País. Mas agora, não. O governo Collor de Mello tem um compromisso de controlar a inflação, e por isso se torna um pouco prisioneiro do seu plano econômico. Qualquer injeção de recursos na economia faz diferença e será

imediatamente notada", acrescentou.

Ele disse que sua conversa com o negociador da dívida externa do México, Angel Guria, foi "uma troca de figurinhas", fortalecida pelo fato de que ambos passaram pela área do café. Quinze anos atrás, ambos se cruzaram em organismos internacionais negociando café. Por seus países. Mas Dauster disse que a experiência de renegociação de outros países "é como livros na biblioteca. Você tem que conhecer, mas não pode repetir".

O embaixador disse enfim que a avaliação do Brasil pela agência interministerial dos EUA que avalia riscos dos empréstimos bancários a países (Icerc) considera outros fatores além do atraso. O Brasil deve US\$ 5,3 bilhões em juros atrasados aos bancos comerciais, acumulados até o trimestre vencido em março.

"O Icerc leva em conta se os países têm um programa de estabilização, e se estão negoclando com o FMI, por exemplo", argumentou. "Tanto quanto eu sei, o Icerc já poderia ter examinado o crédito do Brasil em sua reunião de março, e adiou para julho. Mas esse prazo não me parece ser intransponível. É preciso compreensão, porque o novo governo está no poder há cinqüenta dias, e na verdade tem apenas vinte dias desde que seu plano econômico foi aprovado pelo Congresso".

Se a agência interministerial dos EUA decidir degradar o crédito dos bancos comerciais com o País, em todo caso, Dauster considera que "o problema é do Icerc".